

A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS SOCIOLÓGICOS

THE QUESTION OF HOUSING IN BRAZIL: SOME SOCIOLOGICAL ASPECTS

*Janaina Pereira de Abreu*¹

RESUMO: As habitações de interesse social foram pensadas para atender as demandas por moradia, vindas da classe baixa, mas também como forma de controle dessa população. Sob essa perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo principal, apresentar, de forma breve, a trajetória das políticas voltadas para a oferta de moradia, sobretudo para a população de baixa renda. A pesquisa adota o método qualitativo e caracteriza-se como bibliográfica e documental, por utilizar materiais já publicados e imagens e notícias de jornais a respeito das políticas de habitação em questão. Percebe-se, ao longo desta pesquisa que, embora importantes feitos tenham sido realizados quanto à habitação popular, tanto no âmbito nacional como no regional, diversos têm sido os obstáculos que afetam de forma negativa a vida de grande parte da população.

Palavras-chave: Política habitacional. Habitação de interesse social. Política pública.

ABSTRACT: Social housing was designed to meet the demands for housing, coming from the lower class, but also as a way of controlling this population. From this perspective, the present research has as main objective, to present, in a brief way, the trajectory of policies aimed at housing supply, especially for the low-income population. The research uses the qualitative method and is characterized as bibliographic and documentary, as we use already published materials and images and news from newspapers regarding the qualification policies in question. We realized, throughout the research, that although important achievements have been made regarding popular housing, both nationally and regionally, there have been several obstacles that negatively affect the lives of a large part of the population.

Keywords: Housing policy. Qualification of social interest. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

De caráter bibliográfico, o presente estudo busca apresentar um breve panorama das principais mudanças nas formas de habitação popular, pensadas, sobretudo para a classe trabalhadora e relacionadas às políticas públicas do Estado em relação à oferta de moradia no Brasil.

¹ Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília. Mestranda. Endereço eletrônico: janainap.abreu@gmail.com. Dissertação. <https://orcid.org/0000-0001-8530-684X>

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2021.v14n1.p33-46>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

No cenário brasileiro, a existência de cortiços como uma das principais formas de habitação popular, voltada especialmente para a classe trabalhadora e situada nos bairros operários da cidade, por um tempo, foi suficiente para abrigar um grande contingente de pessoas. Graças, sobretudo, às políticas higienistas, esses mesmos cortiços se tornaram sinônimo de imoralidade, degenerescência, pobreza, sujeira, doenças, etc.

O cortiço, segundo Valladares (2000, p. 7, apud TRIANA FILHO, 2006, p. 20) era:

[...] tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, construindo uma ameaça às ordens moral e social. Percebido como espaço de contágio das doenças e do vício, sua denúncia e condenação pelo discurso médico-higienista foram seguidas por medidas administrativas [...].

Através da intervenção do Estado, e como parte de um projeto de planejamento urbano, novas formas de habitação passaram a ser pensadas, visando organizar e limpar o centro da cidade. Casas unifamiliares passaram a ser construídas, e nelas foram instalados os trabalhadores, até então, habitantes dos cortiços. Os governantes, assim como a elite, acreditavam que dessa forma elevariam os padrões morais e de higiene da classe trabalhadora. Além disso, “[...] imaginaram a dispersão, o isolamento, a abertura e a limpeza como soluções para o meio urbano caótico” (CALDEIRA, 2000, p. 215).

Nesse sentido, Lemos, Galindo, Rodrigues, et al. (2016, p. 2), a partir dos estudos das obras de Michel Foucault (1979, 1988) sobre o controle dos corpos vivos, afirmam que:

Ocorreu a medicalização da cidade pelas táticas biopolíticas e disciplinares, ao tratar das estratégias higienistas de limpeza urbana e de organização disciplinar do espaço das cidades pela lógica urbanista, militar, biológica, demográfica, estatística, geográfica, política, jurídica e médico-psicológica. Higienizar espaços implicou realizar processos autoritários de medicalização, com a retirada de corpos classificados como indigentes e como refugos humanos dos centros urbanos para enviá-los a lugares de segregação, isolados.

Dessa forma, podemos dizer que as medidas tomadas pelo Estado e pela elite, em relação à ocupação do espaço urbano, especialmente pelos pobres e trabalhadores, constituem, de acordo com Foucault (2007, p. 152), “[...] uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população”. Além disso, podemos observar que estas medidas estão também vinculadas às disciplinas do corpo e à regulação da população, configurando as duas faces da organização do poder sobre a vida.

2 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

As mudanças na forma de habitação ao longo do tempo, foram pensadas e calculadas a fim de atender determinados interesses e manter sob controle a população considerada nociva a eles.

Segundo Triana Filho (2006, p. 9),

[...] não se pode efetivar uma leitura da política habitacional que emergiu no Brasil, principalmente a partir dos anos 1930, como expressão de uma real preocupação do Estado centrado no problema da moradia, que se agravava, tendo em vista o rápido movimento migratório [...].

De acordo com Bonduki (2002, p. 41, apud TRIANA FILHO, 2006, p. 30), as péssimas condições de habitação e o receio de que as habitações insalubres, como os cortiços, voltassem a se multiplicar, fez com que o Estado estabelecesse leis a fim de incentivar a criação de habitações para locação. Um exemplo dessas novas construções foram as vilas operárias, que ofereciam “[...] pequenas moradias unifamiliares construídas em série”. Estas vilas, segundo Triana Filho (2006, p. 31),

[...] ganharam expressão de destaque no contexto da produção industrial e das relações de trabalho, a partir do governo Vargas. Essa solução tinha várias razões para ser “festejada”: garantir um suprimento de força de trabalho, controlar níveis salariais e enfrentar movimentos dos trabalhadores.

Após a Primeira Guerra Mundial, com os Estados Unidos no comando da economia global, houve um vertiginoso consumo em massa, que contribuiu para a expansão do sistema capitalista. Além disso, ainda de acordo com Triana Filho (2006, p. 9), tal consumo apoiou-se “[...] principalmente no desenvolvimento do Welfare States, que passou a proteger o salário mínimo, a geração de empregos, o sistema previdenciário, o sistema de saúde, o sistema habitacional, além de outros serviços sociais”.

A estes fatos, soma-se o rápido processo de urbanização, que constitui “[...] conjunto complexo de relações sociais [...] e assume novas dinâmicas a partir dos estágios do desenvolvimento capitalista”. (TRIANA FILHO, 2006, p. 9).

De acordo com Triana Filho (2006, p. 9),

A política habitacional no Brasil desencadeou-se em decorrência do déficit habitacional e também se constituiu em uma resposta do Estado ao capital, no sentido da reprodução deste aos interesses externos – além de ter servido como instrumento de controle econômico e político, auxiliando, em certos momentos, a amenizar os conflitos pela posse do solo urbano.

No Estado Novo, a questão da habitação não obteve uma solução definitiva e os problemas e inconsistências continuaram presentes. Sobre este aspecto, Triana Filho (2006, p. 34) relata que

Havia a questão dos loteamentos clandestinos nas periferias urbanas, moradias edificadas em arruamentos irregulares, em lotes situados ao longo de ruas ou passagens sem melhoria pública. Com o crescimento das cidades, passou a ser um bom negócio a oferta de lotes na periferia, em áreas rurais contíguas ao perímetro urbano reconhecido. Esses loteamentos, na verdade um retalhamento descuidado de glebas rurais em lotes urbanos de 250 metros quadrados, eram uma operação muito lucrativa.

Segundo o mesmo autor, essas edificações não tinham legalidade, não possuíam registro em cartório e não ofereciam uma mínima infraestrutura.

A partir do governo provisório de Vargas (1930-1934), seguido da Era Vargas (1934-1945), do governo Dutra (1946-1951) e novamente pelo governo Vargas (1951-1954), o Estado passou a investir no projeto da casa própria, com o objetivo de promover a salubridade e de eliminar as formas coletivas de moradia. (TRIANA FILHO, 2006).

Durante o governo Dutra, em 1946, foi criada a Fundação da Casa Popular, sendo o primeiro órgão nacional voltado unicamente à oferta de moradias para a população de baixa renda. Essa instituição, embora não tenha tido muito sucesso, “[...] se propunha a financiar, além de moradia, infra-estrutura, saneamento, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e até mesmo a formação de pessoal técnico dos municípios” (BONDUKI, 1994, p. 717). Estaria, mais tarde, vinculado a este órgão, o Banco Nacional de Habitação – BNH.

A habitação social passa, então, a ganhar força e, embora a questão sanitária ainda estivesse presente, a ênfase no assunto já era menor, em virtude do surgimento de outros temas no contexto político tais como,

[...] a habitação vista como condição básica da reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país; [...] a habitação como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador, e, portanto, decisiva na criação do “homem novo” e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar, como sua principal base de sustentação política. (BONDUKI, 2002, p. 73 apud TRIANA FILHO, 2006, p. 37).

Anterior ao surgimento da Fundação da Casa Popular (FCP), foi a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAP, em 1937, outra iniciativa importante promovida pelo Estado. Ambas as instituições tinham o intuito de tornar viável a promoção de habitação, no entanto, a diferença entre elas era evidente.

Nos IAPs, a função de edificação é secundária (seu objetivo primeiro é garantir aposentadoria e pensões aos associados), servindo também como forma de garantir rentabilidade para as reservas dos institutos, enquanto que o objetivo único da FCP é produzir moradia para a população de baixa renda. (BONDUKI, 1994, p. 725).

Diferentemente da Fundação da Casa Popular, as ações dos IAPs são de grande relevância se tratando da qualidade dos serviços ali prestados, segundo Bonduki (1994, p. 726): “Os conjuntos representam uma face quase desconhecida da implantação de arquitetura moderna no Brasil, tendo sido pioneiros como empreendimentos promovidos pelo poder público”. Além disso, o autor salienta:

Embora, de uma maneira geral, possa-se dizer que a intervenção habitacional iniciada pelo governo Vargas e colocada em prática em todo o período populista tivesse, em tese, sido baseada, de uma maneira geral, em critérios sociais — ao contrário do que ocorre a partir de 64 —, seus erros e ambiguidades provocaram efeitos contraproducentes que acabaram por contribuir para uma piora das condições habitacionais e urbanas da moradia popular. (BONDUKI, 1994, p. 729).

Após a Era Vargas, as preocupações relacionadas à habitação estiveram voltadas para o modelo de funcionamento, pensado para atender as demandas da sociedade. Tal modelo “[...] viria ser o cerne do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do BNH, quase vinte anos após a criação da FCP” (TRIANA FILHO, 2006, p. 58).

O governo Kubitschek (1956-1961) atribuiu pouca atenção para a questão da habitação. Em seu Plano de Metas, pouca menção foi feita sobre o tema, ficando a criação de moradias para a população trabalhadora em segundo plano. (TRIANA FILHO, 2006).

A partir de 1961, o Brasil vivia uma crise política e econômica que sinalizava uma possível convulsão social, de modo que:

[...] a questão da moradia nas cidades ocupava a atenção dos candidatos e dos planejadores. A ênfase para a casa própria particular fazia parte da política de limitações às rebeliões da classe trabalhadora e de apoio à mobilidade social individual [...]. (TRIANA FILHO, 2006, p. 61).

Em relação ao uso da questão habitacional para fins de controle da classe trabalhadora, Blay (1978, p. 77) afirma que,

No período escravocrata, a solução habitacional foi a senzala; na primeira etapa da industrialização, foi a construção de vilas operárias; em seguida instala-se um processo espontâneo de expansão urbana e, atualmente, a proposta é a construção de habitação em massa na forma de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH

(Banco Nacional de Habitação). Em todos eles reconhecemos um vínculo essencial: a habitação tem sido usada como forma de preservação e controle da força de trabalho.

Uma necessidade básica como é a moradia, tem sido usada pelo Estado e pela elite, de forma conveniente ao longo da história do país, para que seus objetivos sejam alcançados, sem considerar, de fato, as demandas da população.

A questão da habitação passou a ser uma preocupação nos governos de Jânio e Jango nos anos de 1961 e 1962. Tal atenção visava o ataque à falta de moradia e também a geração de empregos no setor da construção civil. (TRIANA FILHO, 2006).

Segundo o mesmo autor, no curto governo de Jânio, foi lançado o Plano de Assistência Habitacional, que visava a implantação de inovações relacionadas aos aspectos financeiros, como forma de rever o caso da Fundação da Casa Própria, que como citado anteriormente, foi malsucedido.

O plano de trabalho deveria ser realizado em duas etapas: a primeira, de caráter emergencial, previa a atuação conjunta com estados e municípios para a construção de 100 mil novas moradias em dezoito meses; a segunda etapa previa a transformação da Fundação da Casa Popular em uma nova entidade, com criação do Instituto Brasileiro de Habitação (IBH). (TRIANA FILHO, 2006, p. 62).

A partir de 1964, com o golpe militar, foram abafadas as manifestações populares e dado fim aos governos populistas. Os primeiros anos do regime militar foram abertos para a instauração de novas regras para diversos setores da economia. Além disso, foram “aprovados’ e editados por meio de decretos e decretos-leis importantes e intrincados projetos pertinentes à questão habitacional [...]” (TRIANA FILHO, 2006, p. 68).

Dentre a vasta legislação promulgada pela força dos governos militares, destaca-se a Lei nº 4.380/64 (21/08/1964), que estabeleceu a implementação do Sistema Financeiro da Habitação e a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), e a Lei nº 4.595/64 (31/12/1964), que criou o Conselho Monetário Nacional (CMN) e reestruturou todo o sistema bancário brasileiro. (TRIANA FILHO, 2006, p. 68).

O BNH, por exemplo, foi responsável por financiar aproximadamente 4,5 milhões de habitações em todo o Brasil até 1986, data de sua extinção, como afirma o mesmo autor.

Além do BNH, foi criado também o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, que oferecia apoio aos governos municipais para a elaboração de planos

de desenvolvimento local, entre outras atribuições. Esse órgão logo foi extinto, sendo passadas suas competências para o BNH.

De acordo com Triana Filho (2006, p. 73), o BNH adotou um modelo de financiamento estabelecido em 1966 e composto por dois planos básicos, A e B. O objetivo era “financiar habitações destinadas à erradicação de aglomerações anti-higiênicas e atender às classes de baixa renda” (ID 05/66 apud TRIANA FILHO, 2006, p. 74).

Ao longo dos anos e diante de sérias crises financeiras sofridas, o BNH encerra as atividades em 1986, sendo transferidas suas atribuições para o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil, além da Caixa Econômica Federal, “[...] que ficou com a incumbência de ser o principal agente executor das políticas de habitação, saneamento e desenvolvimento” (TRIANA FILHO, 2006, p. 77), fato, em certa medida, ainda presente nos dias de hoje.

A década de 1980 foi repleta de dificuldades econômicas que comprometeram o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), impedindo o fluxo de investimentos, tanto pelo setor público como pelo privado, na área de habitação popular. (TRIANA FILHO, 2006).

A partir da segunda metade da década de 1980, as iniciativas voltadas para as políticas habitacionais se deram em parceria entre os governos federal, estadual e municipal. (TRIANA FILHO, 2006). Tal parceria, no entanto, já existia, a exemplo de alguns núcleos de habitação popular, estabelecidos em algumas cidades, como é o caso de Marília.

Em relação aos financiamentos visando a oferta de habitação popular e voltados às famílias com renda de até cinco salários mínimos, de acordo com Triana Filho (2006, p. 81),

[...] tem sido possíveis quase exclusivamente com recursos do FGTS. A exceção tem sido as operações realizadas pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), em que, somando-se aos recursos do FGTS, o Tesouro Nacional faz aporte de recursos destinados ao custeio de parte das operações.

As Cohabs, agentes promotores de habitação popular e que se utilizam de considerável recurso do FGTS, “[...] são responsáveis por mais de metade das unidades habitacionais produzidas pelas agências oficiais a partir de 1964” (TRIANA FILHO, 2006, p. 84).

No entanto, durante o período de extinção do BNH, em 1986,

Agravaram-se os problemas de habitação popular com o crescimento das favelas e cortiços, com o aluguel de cômodos precários e a autoconstrução em loteamentos populares – estes quase sempre irregulares. Essas novas aglomerações eram, em muitos casos, construídas de maneira progressiva, sem plano ou vontade de conjunto, resultantes de ocupações espontâneas ou sob a iniciativa de grupos políticos, com a invasão de terras públicas e de particulares. (TRIANA FILHO, 2006, p. 86).

Tal cenário mostra que o BNH, Cohabs e outros órgãos de financiamento não conseguiam, mais uma vez, atender a demanda por habitação, advinda da população.

As atividades do extinto BNH passaram aos encargos da Caixa Econômica Federal, Banco Central e Conselho Monetário Nacional, havendo, dessa forma, “[...] uma dispersão das políticas de habitação e saneamento [...]” como afirma Triana Filho (2006, p. 87). O BNH sempre esteve subordinado ao Ministério do Interior, passando para Ministério do Desenvolvimento Urbano em 1985. Em 1986, o Ministério do Desenvolvimento Urbano passou a ser Ministério da Habitação, Urbanismo e Desenvolvimento Urbano e em 1988, foi denominado Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, extinto em 1989 e substituído pelo Ministério do Interior. (TRIANA FILHO, 2006).

Em 1990, foi criado o Ministério da Ação Social, alterado para Ministério do Bem-Estar Social, onde funcionava a Secretaria Nacional de Habitação. Após extinto o Ministério do Bem-Estar Social, foi criada a Secretaria de Política Urbana em 1995, estando vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Posteriormente, foi convertida em Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República.

Um elemento considerado de grande relevância no âmbito da habitação, foi a criação em 2001, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), fruto de um Anteprojeto de Lei de Desenvolvimento Urbano, que gerou anos de debates, sendo alvo de “[...] críticas de setores empresariais relacionados ao mercado de solos e da construção civil” (VALERA, 2017, p. 41). O Estatuto da Cidade tem como um de seus intuitos, regulamentar de forma mais direta o capítulo da Constituição Federal que diz respeito às políticas urbanas.

Em 2003, início do primeiro mandato do governo Lula, foi instaurado o Ministério das Cidades, que entre outros aspectos, respondia pela mobilidade e transporte urbano (TRIANA FILHO, 2006). No âmbito da habitação social, a criação deste Ministério representou novas mudanças no cenário geral da política habitacional no Brasil. (CARVALHO; STEPHAN, 2016).

No ano de 2004, além de serem implementadas diversas medidas visando oferecer segurança jurídica e econômica ao setor privado de imóveis, também aconteceu a aprovação da Política Nacional de Habitação e do Sistema Nacional de Habitação (SNH). (CARVALHO; STEPHAN, 2016). Já em 2005, houve a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), tendo como objetivo garantir recursos públicos destinados exclusivamente para oferecer subsídio para a população de baixa renda. (CARVALHO; STEPHAN, 2016).

Iniciativa também importante da primeira década dos anos 2000 foi a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Criado em 2009, durante o segundo mandato do governo Lula, o PMCMV “[...] deve ser compreendido num contexto mais amplo, econômico e político, que caracteriza a política habitacional brasileira e o cenário internacional a partir da década de 1990.” (CARVALHO; STEPHAN, 2016, p.285).

De acordo com Carvalho e Sthephan (2016), o PMCMV foi, no âmbito habitacional, o principal programa do governo federal, com o objetivo de construir moradias em massa, buscando o aperfeiçoamento do sistema habitacional para o público com baixa e média renda. Além do elemento moradia, o PMCMV também foi responsável pelo estímulo e criação de empregos e investimentos no setor da construção civil (CARVALHO; STHEPHAN, 2016). Em termos de renda, o PMCMV era dividido em três grupos: o primeiro dizia respeito ao grupo com até 3 salários mínimos. A este segmento era concedida a maior possibilidade de recurso fornecido pelo programa, além da isenção do seguro e limitação de até 10% da renda para o pagamento das prestações. O segundo grupo correspondia a renda de 3 a 6 salários mínimos e recebia subsídio parcial, com desconto no seguro e acesso ao Fundo de Garantia. Além disso, os financiamentos podiam chegar até o limite de 30 anos, com o comprometimento de 20% da renda. Já o terceiro grupo com renda de 6 a 10 salários mínimos, recebia redução nos gastos com seguro e acesso ao Fundo de Garantia. (ROMAGNOLI, 2012).

Na primeira fase do Programa, que corresponde aos anos de 2009 e 2010, foram contratadas 1,005 milhão de moradias. Já na segunda fase, que começou em 2011, foram contratadas 2,385 milhões de unidades, [...] beneficiando 6,4 milhões de pessoas e totalizando um investimento de R\$361,6 bilhões, 1 dos quais 60% voltaram-se para a menor faixa de renda, o que indica o direcionamento do programa para a população de menor poder aquisitivo. (CARVALHO; STHEPHAN, 2016, p. 286).

Embora as ações do PMCMV tenham beneficiado milhares de pessoas ao longo dos anos, estudiosos apontam algumas contradições relacionadas, por exemplo, à

questão da infraestrutura e localização das construções. A este respeito, Dumont (2015) considera que o avanço no quadro de moradias não está necessariamente relacionado ao intuito de inserir os moradores à dinâmica da cidade, o que faz com que essas pessoas se estabeleçam “[...] fora da área central, ou seja, do acesso adequado aos bens sociais ou coletivos ou públicos – como, emprego, lazer, saúde, educação, etc. - que uma cidade integrada e planejada deveria possibilitar”. (DUMONT, 2015, p. 49).

Abaixo são apresentados dois exemplos de empreendimentos habitacionais criados pelo PMCMV.

Imagem 1: Condomínio Marrocos – Salé



Fonte: MRV. (2018). Disponível em: <https://mrventrega.com.br/detalhe/marrocosresidenciais-sale>.

A imagem 1 apresenta um condomínio vertical situado na zona oeste da cidade de Marília, no interior do estado de São Paulo. Embora o bairro em torno do condomínio ofereça serviços como supermercado e alguns comércios locais, o condomínio está localizado em uma área relativamente afastada do centro comercial da cidade e a distância se faz maior, sobretudo, para os moradores que dependem do transporte coletivo municipal.

Imagem 2: Conjunto habitacional Vida Nova Maracá



Fonte: Marília Notícias. (2017). Disponível em: <https://marilianoticia.com.br/vida-nova-maraca-ganha-terceira-fase-com-856-casas/>.

Já a imagem 2 ilustra algumas construções do conjunto habitacional Vida Nova Maracá, situado no distrito de Padre Nóbrega, zona norte da cidade de Marília. Neste caso, a localização das habitações é também afastada do centro urbano e comercial de Marília, principal fonte de oferta de produtos e serviços.

3 PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA

Em agosto de 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro, foi editada uma medida provisória (MP/996/2020) com o intuito de criar um novo programa habitacional. (SANT'ANA; POZNYAKOV, 2020). Tal medida provisória se converteu, em janeiro de 2021, na lei nº 14.118, que estabelece o Programa Casa Verde e Amarela como a nova política habitacional brasileira visando, nas palavras de Sant'Ana; Poznyakov (2020, p. 35),

[...] apoio para a reforma e melhoria de imóveis, regularização fundiária e redução da taxa de juros para financiamento e melhoria da casa própria. O programa visa atender famílias com renda mensal de até R\$ 7 mil reais. Além do financiamento habitacional e regularização fundiária, o programa prevê o enfrentamento de problemas de inadequações, como falta de banheiro, por exemplo.

Vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional, a meta do programa é atingir 1,6 milhão de famílias de baixa renda através de financiamento até 2024. Para

isso, haverá redução na taxa de juros e mudanças na remuneração do agente financeiro, de acordo com o site do governo federal².

As regiões Norte e Nordeste serão contempladas com a redução nas taxas em até 0,5 ponto percentual para famílias com renda de até R\$ 2 mil mensais e 0,25 para quem ganha entre R\$ 2 mil e R\$ 2,6 mil. Nessas localidades, os juros poderão chegar a 4,25% ao ano para cotistas do FGTS e, nas demais regiões, a 4,5%. Além do financiamento habitacional, o programa atuará com regularização fundiária e melhoria de residências, enfrentando problemas de inadequações, como falta de banheiro, por exemplo. A meta é regularizar 2 milhões de moradias e promover melhorias em 400 mil até 2024. (MDR, 2020).

Ainda que não seja possível avaliar o desempenho e ações sociais do programa, de acordo com matéria da BBC Brasil de setembro de 2020, o Programa Casa Verde e Amarela trará novidades que poderão excluir pessoas mais pobres. Além disso, a matéria da BBC destaca que o programa não se dispõe a corrigir os sérios problemas já existentes no Programa Minha Casa Minha Vida.

Apesar do anúncio da redução dos juros de financiamento, sobretudo para as regiões Norte e Nordeste, “[...] a diminuição da taxa de juros não impedirá que, por causa de outros aspectos do novo programa - como a paralisação de construção de unidades para a renda familiar mais baixa e a ‘privatização da regularização fundiária’ -, as pessoas mais pobres sejam afastadas do Casa Verde e Amarela”. (BBC, 2020).

Ainda de acordo com a reportagem, desde de 2015, a faixa 1 do PMCMV já vinha perdendo espaço e investimentos, devido a restrições orçamentárias. Além disso, em 2019, durante a gestão de Jair Bolsonaro, não houve contratações voltadas para a faixa 1 do PMCMV. (BBC, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito, entre outros aspectos, de abandonar os traços coloniais e provincianos, a elite brasileira apostou em um novo modelo de nação, sendo a implantação da ordem e higiene, por exemplo, etapas de um processo intenso de mudanças, relacionado à modernização do país. Entre as “novidades”, surgem novas formas de distinção, hierarquização e segregação social, elementos, estes, nada novos, por estarem presentes ao longo de toda a história do Brasil.

As cidades brasileiras, especialmente os grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, se tornaram um laboratório onde foram, e ainda são, testados

² Ministério do Desenvolvimento Regional. (2020). Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela/o-programa>. Acesso em: 07 abr. 2021.

modelos urbanos. Estratégias foram pensadas e cálculos foram feitos, de forma a destacar a nobreza das elites e limpar as mazelas da classe trabalhadora. O centro das cidades passou a representar os interesses das elites e, em contrapartida, os arredores das cidades passaram a abrigar a classe trabalhadora, vista muitas vezes como um perigo aos interesses em questão.

Em determinado momento, o Estado viu-se obrigado a voltar sua atenção para certas necessidades da classe trabalhadora, como a questão da habitação, por exemplo. O cortiço, elemento importante, mas polêmico na história da habitação popular no Brasil, passa a ser combatido, entrando em cena as vilas operárias, formas de habitação unifamiliares que visavam promover a higiene, assim como, o controle dos trabalhadores. Posteriormente, a questão da habitação ganha importância pelo Estado, passando a ser vista como elemento básico da reprodução da força de trabalho, estando o tema vinculado a políticas trabalhistas. Nesse cenário, o Estado passa a incentivar a aquisição da casa própria, através da criação de órgãos públicos, como a Fundação da Casa Popular, por exemplo. A casa própria passa a ser vista como viável para o acesso à propriedade, elemento importante para a estabilidade do regime militar, entre outros aspectos. Medidas passam a ser tomadas pelo Estado, para tornar os preços das habitações mais acessíveis ao trabalhador, além de viabilizar a oferta de moradias em massa. Neste caso, são pensadas as habitações de interesse social.

É possível dizer que o processo envolvendo a questão habitacional no Brasil, sobretudo a habitação pensada para a classe trabalhadora, apresenta consequências vivenciadas no presente momento. Ainda que medidas tenham sido tomadas ao longo dos anos para tentar solucionar parte do problema habitacional brasileiro, muito ainda precisa ser feito.

É evidente que possibilitar o acesso da população a casa própria é algo importante. No entanto, uma casa por si só não é suficiente, já que a ela deve estar vinculada toda uma infraestrutura que precisa ser oferecida, como postos de saúde, pavimentação, iluminação, saneamento, lazer e cultura, etc.

Se olharmos para os fatos, podemos perceber que o acesso a moradia por parte da população trabalhadora se dá tardiamente, sendo para muitos, um sonho ainda a ser alcançado. Além disso, a oferta e demanda por moradia estão diretamente relacionadas a questões que vão além, como a urbanização – não apenas associada aos processos capitalistas, mas pensada através de seus aspectos sociais, políticos, econômicos, etc. – e o direito à cidade, na perspectiva da busca por condições melhores de vida.

REFERÊNCIAS

- BLAY, Eva Alterman. Habitação: a política e o habitante. In: _____ (Org.). **A luta pelo espaço:** textos de sociologia urbana. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 77-86.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil.** v. xxix, 1994, p. 711-732. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2017.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2000. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro. Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico. Cad. Metrop. São Paulo, v. 18, n. 35, p. 283-307, Apr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cm/v18n35/2236-9996-cm-18-35-0283.pdf>. Acesso em: 06 Apr. 2021.
- DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. **Os efeitos do Programa Minha Casa, Minha Vida para população de baixa renda em Marília – SP:** a construção de uma ilusão. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123160/000823390.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 18. ed. São Paulo: Graal, 2007.
- GRAGNANI, Juliana. **Casa Verde e Amarela:** o que pode mudar na versão bolsonarista do Minha Casa Minha Vida. BBC News, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53920385>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- LEMONS, Flávia Cristina Silveira; GALINDO, Dolores; RODRIGUES, Renata Vieira. et al. Cidades, corpos medicalizados e o biocapital: o mercado da saúde. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 187-194, maio-ago, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n2/1984-0292-fractal-28-2-0187.pdf>>. Acesso em 10 set. 2017.
- ROMAGNOLI, Alexandre José. **O programa “minha casa, minha vida” na política habitacional brasileira:** continuidades, inovações e retrocessos. 2012. 141f. Dissertação (mestrado em ciência política) - Centro de Educação e Ciências Humanas - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1003/4655.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- SANT’ANA, Matheus; POZNYAKOV, Karolina. Levantamentos de manifestações patológicas em edificações de interesse social. **Revista Boletim do Gerenciamento**, nº 20, 2020, p. 34-44. Disponível em: <https://nppg.org.br/revistas/boletimdoGerenciamento/article/view/508/321>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- TRIANA FILHO, Antonio. **Habitação popular no Brasil:** análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/3489/1/2006_Antonio%20Triana%20Filho.pdf>. Acesso em 30 set. 2017.
- VALERA, Mariana Franzolin. **Dinâmicas de uma política urbana:** tensões na implantação de um conjunto habitacional na cidade de Marília/SP. 2017. 73 f. Relatório de qualificação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

Submetido em 09/04/2021

Aprovado em 15/06/2021